

# Apresentação: o biscoito fino dos direitos humanos

RENATO JANINE RIBEIRO

**RENATO JANINE RIBEIRO** é professor titular de Ética e Filosofia Política na USP e coordenador-geral do Programa Mobilizador *Direitos Humanos no Limiar do Século XXI*.

Por motivo de diagramação, as notas da primeira página dos textos do dossiê se encontram na página seguinte.





Nos dias que correm, ouvimos constantemente dizer que é preciso a Universidade articular-se com a sociedade. Contudo, o mais das vezes se entende que essa ligação se deve dar com uma fatia apenas da sociedade, as empresas. Aliás, não é casual que boa parte das referências que na mídia se fazem a esse ente, “a sociedade”, na verdade remetam somente à sua parte que são os grandes contribuintes – assim como não é fortuito que, quando se quer falar dos pobres, dos excluídos, se empregue mais o adjetivo “social” do que o substantivo a ele correspondente. Sucede, pois, que as “políticas sociais” do governo serão as que lidam com os carentes, e a elas geralmente caberão as acusações, na melhor das hipóteses, de paternalismo populista e, na pior, de corrupção – enquanto a relação com “a sociedade” se dará pelos ministérios mais nobres, mais eficientes, os que tratam dos interesses das empresas e, sobretudo, dos bancos (\*).

Pois o que quisemos, com o programa mobilizador *Direitos Humanos no Limiar do Século XXI*, que articulou as atividades da Maria Antonia-USP de abril a novembro de 1997, foi justamente mostrar que há *outra* relação entre Universidade e sociedade, mais ampla, mais profunda, que não se esgota no fornecimento de tecnologia ou no apoio de alguma espécie ao setor empresarial. E isso dizemos sem nenhum preconceito contra as empresas, que são fator indispensável para a vida econômica de um país. A questão é apenas que as relações entre a academia e a sociedade são mais variadas, mais abrangentes, e a nosso ver devem centrar-se, acima de tudo, nos tópicos que dizem respeito à cidadania. Essa idéia, claro, não é consensual, já que a ênfase que se põe numa concepção de sociedade monopolizada pelo econômico é tão grande que acaba governando o debate sobre a ligação da academia com a sociedade: assim, para ficar num só exemplo, quem trabalha em Humanas muitas vezes receia esse contato, precisamente por temer que venha subordinar a pesquisa aos interesses materiais das empresas. Mas o que quisemos mostrar é que há pesquisas de Humanas que possuem considerável capaci-

dade de tradução e impacto social. Evidentemente, elas não vão render dinheiro. Mas vão render vida social, vão resultar em cidadania – isto é, por serem pesquisas inovadoras, hão de contribuir para mudar boa parte de nosso legado autoritário, repressor.

Assim, nosso ponto de partida era como mostrar, no centro de São Paulo, a produção universitária à nossa sociedade. Mas não bastava isso. Um dos preconceitos que insidiosamente norteiam a vida acadêmica brasileira é que a cultura está do lado da difusão (na USP a Pró-Reitoria à qual está ligada a Maria Antonia assim se chama “de Cultura e Extensão Universitária”), ao passo que a pesquisa de ponta possui uma localização simbólica e institucional que nada tem a ver com a extensão. Não concordamos, porém, com essa divisão de tarefas, de papéis. Por que não é o caso de mostrar, à sociedade, justamente a pesquisa que se faz de melhor qualidade? a pesquisa inovadora, que rompe com o consagrado? o *biscoito fino*, de que falava Oswald de Andrade? Este foi um dos princípios que nos nortearam, e que comparece na seleção de textos aqui reunida – na sua maior parte, trabalhos apresentados nos diferentes módulos dos *Direitos Humanos no Limiar do Século XXI*, mas que, sobretudo, se me permitem dizê-lo, têm em comum o fugir do lugar-comum.

Prestar contas da vida universitária à sociedade, fornecer a estas contribuições que ajudem a fortalecer a cidadania, inovar (isto é, pesquisar): estas foram as razões mais destacadas do Programa. Resta dizer por que ele se realizou num espaço em especial, a uns 10 km do *campus* principal da USP.

• • •

Em 3 de outubro de 1968 o prédio da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP na rua Maria Antonia, foi atacado à mão armada por grupos paramilitares de direita, que mataram um jovem estudante e conseguiram desalojar do centro da cidade de São Paulo uma presença

acadêmica que se mostrava incômoda à ditadura militar. Os cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Letras e Psicologia, que ali eram ministrados, tiveram de refugiar-se, às pressas, na Cidade Universitária. Mas do ponto de vista da história da Universidade o importante foi que nessa ocasião terminou, no espaço urbano central da capital do Estado, uma tradição de presença universitária opositora aos regimes autoritários – essa presença que pertencera aos acadêmicos de Direito, nas campanhas abolicionista e republicana, bem como ainda na luta contra o Estado Novo, e que, decorrido quase um século, no correr dos anos 1960 se transferira do Largo São Francisco para a Faculdade de Filosofia da rua Maria Antonia.

Passada a violência de outubro de 1968, o prédio da Maria Antonia demorou cerca de vinte anos para regressar ao domínio da Universidade de São Paulo. Mas, a essa altura, o que ele simbolizara, em especial para a geração que na década de 60 tivera seus anos de formação política e cultural nos bairros centrais, já não correspondia, de forma alguma, aos tempos presentes. As gerações mais recentes não conheceram o que era uma relação quase que íntima entre a Universidade pública e a atuação política *no centro da cidade*. Elas podem ter vivenciado diferentes formas de ação e mesmo de militância, política e partidária – mas a freqüentação político-estudantil do centro velho não caberia mais, num período em que os locais de sociabilidade se deslocaram para o centro expandido, em especial a avenida Paulista, e para os *shopping-centers*.

O que tem isso a ver com os Direitos Humanos? O prédio da Maria Antonia sofreu uma ocupação que o descaracterizou – não digo fisicamente, porque ele nunca foi particularmente belo, mas na sua significação – e por isso uma primeira reação de quem o conheceu nos anos 60 e a ele voltava na década de 90 era a da evocação de tempos passados, curiosamente mesclando uma juventude ceifada e sua memória que regressava, intensa, a pessoas já, pelo menos, de meia-idade. Mas isso nada sig-

\* Sobre esse processo, no qual em última análise “a sociedade” é privatizada em favor do grande capital, ver: Renato Janine Ribeiro, “A Sociedade Contra o Social”, in *Folha de S. Paulo*, 27 de junho de 1993, p. A-3.

nifica, nem pode significar, à esmagadora maioria da população. É que o efeito-*madeleine* que o retorno do prédio poderia causar em alguns de nós, que ali estudamos – estou lembrando a célebre passagem de Proust sobre a memória que lhe volta, de chofre, ao comer o bolinho que pelas artes do destino veio a sintetizar, para ele, toda a memória de sua infância –, não tinha significado algum para nossos estudantes, ou para a população da cidade. E aqui era, como ainda é, preciso evitar a equivocada tendência que muitos de nós temos, quando nos sentimos na contramão do que se passa à volta de nós, a considerar errado o entorno, de preferência a rever nossas posições. O passado—nosso, da Maria Antonia, da Universidade, da cidade – é certamente importante. Mas é passado, pertence à história, melhor dizendo, a uma série de histórias, que vão dos indivíduos até o país. Não é nele que cabe, agora, investir.

•••

Foi por isso que nos decidimos por um tema abrangente, que tem a seu favor todas as razões acima expostas, e contou com intenso apoio – desde o do Conselho de Orientação da própria Maria Antonia e da Pró-Reitoria de Cultura, até o de centenas de pessoas, entre expositores, que participaram dos mais de duzentos eventos que tivemos, incluindo conferências, mesas-redondas e cursos, funcionários, que deram um apoio admirável e eficaz, e o público, que prestigiou esse esforço de reinvestir academicamente uma parte da cidade que já não mantinha, com a USP, os antigos elos de tempos que teimamos em chamar de heróicos, mas, de toda forma, não existem mais. Foi, tudo isso, um experimento. Esperamos que algo resulte dele. Mas a principal esperança é que floresça a convicção de que a Universidade tem muito a ganhar, e também a dar, desde que aposte na idéia de que na agenda da sociedade a questão dos direitos humanos deve ser a prioridade zero.

